



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE LEI Nº 72, DE 2025.

“Veda a nomeação para cargos públicos no âmbito do município de Iturama de pessoas condenadas por crimes de racismo.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA decreta:

Art. 1º Fica vedada, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Iturama, a nomeação de pessoa que tenha sido condenada por crime previsto na Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

§ 1º A vedação estabelecida no caput desse artigo, tem início com o trânsito em julgado da sentença condenatória e término com o trânsito em julgado da decisão judicial que decrete a extinção da punibilidade.

§ 2º A comprovação do cumprimento da pena far-se-á mediante a apresentação de cópia autenticada da decisão judicial que decrete a extinção da punibilidade acompanhada da certidão do trânsito em julgado.

Art. 2º A vedação estabelecida no art. 1º aplica-se a todo o cargo efetivo, contratado ou comissionado de livre nomeação e exoneração, em todo o âmbito do serviço público municipal.

Art. 3º O Poder Executivo poderá firmar termo de parceria com o Poder Judiciário para aplicação dessa Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Iturama MG, 08 de maio de 2025.

DR. CRISTIAN OLIVEIRA SANTOS
VEREADOR

CÂMARA MUNICIPAL ITURAMA-MG
08/05/2025 16:12 00028



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como finalidade resguardar o interesse público e a moralidade administrativa, vedando, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Iturama, a nomeação de pessoas que tenham sido condenadas, com sentença transitada em julgado, por crimes de discriminação racial, nos termos da Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Trata-se de medida de natureza preventiva e ética, voltada à proteção dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e do respeito aos direitos fundamentais, todos estes pilares do Estado Democrático de Direito. A proposta reafirma o compromisso desta Casa Legislativa e da Administração Pública municipal com a promoção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

Importante esclarecer que a vedação prevista na proposição **não se refere ao regime jurídico dos servidores públicos**, tampouco trata de punição disciplinar, exoneração ou perda de cargo já adquirido. A medida **atua exclusivamente no momento prévio à posse e à nomeação**, configurando-se como uma restrição de acesso a cargos públicos diante de conduta incompatível com os valores constitucionais e republicanos. Trata-se, portanto, de **um critério objetivo de inelegibilidade administrativa**, com início no trânsito em julgado da condenação criminal e termo final na extinção da punibilidade, preservando-se, assim, a segurança jurídica e os direitos fundamentais.

A legislação ora proposta encontra amparo na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal quanto à possibilidade de o legislador estabelecer requisitos para ingresso no serviço público, desde que tais restrições sejam proporcionais, razoáveis e voltadas à preservação da moralidade e da probidade na Administração.

Por fim, o Projeto autoriza o Poder Executivo a firmar termo de parceria com o Poder Judiciário, para viabilizar o cumprimento efetivo da Lei, garantindo a fiscalização e o controle necessários à sua aplicação.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares desta Casa Legislativa à aprovação da presente proposição, por representar um avanço significativo na luta contra o racismo e pela consolidação de uma cultura pública fundada no respeito à dignidade humana.


DR. CRISTIAN OLIVEIRA SANTOS
VEREADOR